

Movimento Estudantil na Era Digital: os Desafios em um Curso EaD

Student Movement in the Digital Age: the Challenges in an E-Learning Course

Júlio Cesar Andrade de ABREU^{1,2,*}
José Rocha MOREIRA JUNIO²
Adir da CONCEIÇÃO²

¹Escola Nacional de Administração Pública. SPO Área especial 2-A - Asa Sul - Brasília - DF - Brasil

²Universidade Federal Fluminense. R. Des. Ellis Hermydio Figueira, 783 - Atarrado - Volta Redonda - RJ - Brasil.

*julioandrade@id.uff.br

Resumo

Com a consolidação da Educação a Distância (EaD) no Brasil (que comemorou seu centenário no ano de 2023), diversos são os temas que merecem um olhar mais aprofundado. A presente pesquisa se propõe a estudar os Movimentos Estudantis (ME) em cursos EaD. É realizado um estudo de caso sobre o Centro Acadêmico do Curso de Administração Pública EaD (chamado de CA3E - Centro Acadêmico Eficiente, Eficaz e Efetivo) da Universidade Federal Fluminense (UFF), oferecido através do Consórcio CEDERJ. Trata-se do primeiro centro acadêmico (CA) de um curso criado no Consórcio, que completou 10 anos de existência em 2023. É, ainda, o primeiro CA de um curso EaD no Estado do Rio de Janeiro e um dos primeiros no Brasil. Como resultados da pesquisa, é identificada a estrutura de governança do CA3E e todo seu histórico e especificidades, demonstrando os desafios de se criar e manter um CA na EaD.

Palavras-chave: Centro acadêmico. Estrutura acadêmica. Sociedade da informação.



Recebido 15/02/2024
Aceito 25/11/2024
Publicado 19/12/2024

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: J. ANDRADE, J. C. A. ; MOREIRA JUNIOR, J. R. ; CONCEIÇÃO, A. da. Movimento Estudantil na Era Digital: os Desafios em um Curso EaD. **EaD em Foco**, v. 14, n. 2, e2254, 2024.
[doi:https://doi.org/10.18264/eadf.v14i2.2254](https://doi.org/10.18264/eadf.v14i2.2254)

Student Movement in the Digital Age: the Challenges in an E-Learning Course

Abstract

With the consolidation of Distance Education (EaD) in Brazil, which celebrated its centenary in 2023, there are several themes that deserve a deeper look. This research aims to study Student Movements (ME) in EaD courses. A case study is conducted on the Academic Center of the Distance Learning Public Administration Course (referred to as CA3E) at the Federal Fluminense University (UFF), offered through the CEDERJ Consortium. This is the first academic center (CA) of a course created within the Consortium, which completed 10 years of existence in 2023. It is also the first CA of an EaD course in the state of Rio de Janeiro and one of the first in Brazil. The research results identify the governance structure of CA3E and all its history and specifics, demonstrating the challenges of creating and maintaining a CA in Distance Education.

Keywords: Academic center. Academic structure. Information society.

1. Introdução

A presente pesquisa se debruça sobre os desafios de organização e atuação do movimento estudantil (ME) em cursos de ensino superior na modalidade de Educação a Distância (EaD), explorando as complexidades inerentes a este formato nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) (BRASIL, 2022). O artigo tem como objetivo geral analisar os desafios da organização e atuação do movimento estudantil em cursos EaD no ensino superior, a partir de um estudo de caso único do Centro Acadêmico de Administração Pública Semipresencial (CA3E), da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Com a ascensão dos cursos EaD, o panorama educacional passou por significativas transformações, proporcionando flexibilidade e acessibilidade a um número crescente de estudantes (ABREU et al, 2019; VIEIRA; SILVA; VIEIRA, 2017). Vale ressaltar, segundo Buniotti e Gomes (2020), as diferenças entre a modalidade EaD e o Ensino Remoto Emergencial (ERE) adotado no Brasil durante a pandemia de Covid-19. O ERE, embora buscase adaptar-se às metodologias EaD, serviu como resposta temporária à crise sanitária, muitas vezes sem preparo prévio dos discentes para um ensino mediado por tecnologias.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), implementado em 2009 como política pública para democratização e interiorização do ensino superior, bem como a formação de professores, ampliou sua atuação, através do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) (ABREU et al, 2019; BRASIL, 2023; OLIVEIRA; PENA, 2023). No Estado do Rio de Janeiro, os cursos de graduação EaD são administrados pelo Consórcio Cederj, composto pelas universidades públicas e vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). A Universidade Federal Fluminense (UFF) é a instituição habilitada para ofertar o Bacharelado em Administração Pública PNAP/UAB no âmbito do Consórcio Cederj.

Dentro desse contexto, é essencial explorar como a falta de interação física, recursos limitados e a distância percebida afetam a capacidade do movimento estudantil (ME) em cursos EaD de desempenhar seu papel de representação e defesa dos direitos dos estudantes. Esta pesquisa se debruça sobre tal contexto, buscando melhor compreendê-lo.

Uma das principais motivações para este estudo reside no fato de que a representação discente em cursos EaD enfrenta desafios muito específicos. Se em um passado relativamente recente, o movimento estudantil atuou como agente mobilizador e defensor dos direitos dos estudantes e da própria democracia brasileira (MESQUITA, 2003), na atualidade torna-se imperativo compreender como os estudantes se organizam e se ajustam na era digital em cursos EaD. Nesta lavra, um dos desafios que se coloca envolve a inserção dos estudantes em espaços de deliberação nas IPES. É relevante garantir a participação equitativa de todos os discentes nos espaços de deliberação universitária. Evitando qualquer distinção baseada na modalidade de ensino, conforme respaldo constitucional, social e pedagógico, uma vez que os ambientes de deliberação (colegiados e conselhos superiores das universidades) são eminentemente presenciais (MESQUITA, 2003; DELLA VECCHIA, 2012).

Della Vecchia (2012) destaca as estruturas de representação estudantil, como grêmios, Diretórios Acadêmicos (DAs) e Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), União Estadual dos Estudantes (UEE) e União Nacional dos Estudantes (UNE), como movimentos sociais, que participaram de diversas lutas sociais ao longo da história. Desde o 'Golpe Militar de 64', a campanha pelas 'Diretas Já' e o movimento dos 'Caras Pintadas', no impedimento do Presidente Fernando Collor. Groppo *et al.* (2019) destacam que a militância estudantil atua em um macroespaço público associado às entidades estudantis "clássicas" e coletivos com pautas identitárias, sociais, étnicas e de outras naturezas, a depender no nível de atuação e a necessidade de articulação política.

A pesquisa direciona seu olhar para o Centro Acadêmico de Administração Pública, (CA3E) da UFF, oferecendo um estudo de caso único para analisar as nuances e desafios enfrentados pelos estudantes nesse contexto específico. Ajusta-se à necessidade premente de compreender como as dinâmicas tradicionais do ME se adaptam ou enfrentam obstáculos na era digital. A escolha do CA3E/UFF se justifica porque ele é o primeiro centro acadêmico de um curso criado no Consórcio e completou 10 anos de existência em 2023

Para isso, os objetivos específicos desdobram-se em (i) Descrever as características do ME no Brasil, destacando sua importância na defesa dos direitos dos estudantes e sua atuação nas lutas sociais; (ii) traçar um breve histórico evolutivo da educação a distância no cenário brasileiro, bem como as características da educação na era digital; e, (iii) identificar os desafios do ME em cursos do ensino superior público, buscando similaridades para compreender o movimento, em um estudo de caso do CA3E/UFF.

2. Referencial Teórico

O referencial teórico deste artigo está organizado em três eixos. No primeiro, é realizada uma breve discussão sobre o movimento estudantil no Brasil, seguido de um tópico sobre EaD. Em seguida, é realizada uma discussão sobre a sociedade da informação e o ensino na era digital, como pano de fundo para contextualizarmos a EaD no Brasil (segundo tópico).

2.1 Breve Evolução Histórica do Movimento Estudantil no Brasil

A evolução histórica do ME no contexto brasileiro se caracteriza por mobilizações sazonais. Fundada em 1937, a UNE atua como o principal órgão de representação dos estudantes universitários no Brasil. Sua missão primordial é a busca por melhorias nas condições educacionais. No entanto, a UNE transcende seu papel original ao se engajar ativamente na trajetória política do Brasil. Desde sua criação, sua história se entrelaça com a do país, e sua representatividade se torna crucial em momentos decisivos.

O ímpeto desses grupos deriva de sua capacidade de mobilizar um considerável contingente de estudantes em prol de causas que exercem influência na política nacional. Dessa forma, tais organizações foram subdivididas em UEEs, DCEs, DAs/CAs e outras formas de descentralização da agenda (BRASIL, 1985; CANCIAN, 2014; UNE, s/d).

Conforme a Lei 7.395/85, a base dos movimentos estudantis no contexto universitário seria constituída pelos Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs), que são responsáveis por organizar, representar e defender os interesses dos estudantes em nível mais local e específico. Estes, por sua vez, contribuem para a formação das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e, em última instância, da União Nacional dos Estudantes (UNE), estabelecendo uma hierarquia de representação estudantil conforme estipulado na legislação (BRASIL, 1985).

Os DAs/CAs, por sua vez, são considerados as entidades representativas dos estudantes de cada curso de nível superior. Eles são reconhecidos como órgãos de base, representando diretamente os interesses dos estudantes em um nível mais específico, ou seja, no âmbito de cada curso dentro de uma instituição de ensino superior (BRASIL, 1985). Com advento da modalidade EaD, toda a organicidade do ME se depara com um desafio significativo: toda dinâmica de mobilização, articulação e construção de pautas ganha um novo contorno, que será discutido no tópico seguinte.

2.2 Educação a Distância no Brasil

Cruz e Lima (2019) traçam a evolução da educação a distância (EaD) no Brasil de 1978 a 2018. Antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a EaD contava com tecnologia eletrônica, como o Telecurso 2.º grau em 1978. Na década de 1990, ocorreu uma transição de tecnologias com outras mídias e suportes sentido adotados, culminando na LDB e no Decreto n.º 1.917/96. O período pós-LDB testemunhou o ProInfo em 1997 e a privatização crescente da modalidade a partir de 2002.

O marco regulatório, com o Decreto n.º 5.622/05, fortaleceu a EaD, refletido no aumento de matrículas. Iniciativas como UAB e Rede e-Tec foram fundamentais na década de 2000. Em 2009, o Parfor focou na formação de professores, e na década de 2010 ocorreu a retomada da UAB e a emergência de novas diretrizes em 2017. O Decreto n.º 9.057/17 expandiu a oferta, mas há preocupações quanto à possível desregulação e queda na qualidade da EaD (ABREU et al, 2019). Há uma evolução significativa em termos quantitativos, mas também desafios contemporâneos relacionados à garantia da qualidade na EaD brasileira (CRUZ; LIMA, 2019; ABREU et al, 2019). A tabela 1 a seguir apresenta a evolução normativa da EaD no Brasil.

Tabela 1: Evolução normativa da EaD

Ano	Lei ou Decreto	Principais mudanças
1996	Lei n.º 9.394/96 (LDB)	Dispõe sobre a educação brasileira e prevê a EaD como modalidade educacional
2005	Decreto n.º 5.622/05	Regulamenta a EaD e estabelece critérios para oferta de cursos em todos os níveis da educação
2006	Decreto n.º 5.800/06	Cria o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)
2007	Decreto n.º 6.301/07	Cria o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)
2010	Decreto n.º 7.589/11	Revoga o Decreto n.º 6.301/07 e distribui a responsabilidade de oferta de cursos técnicos a distância para os serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) e para os institutos federais de educação, ciência e tecnologia
2011	Lei n.º 12.513/11	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e agrega a Rede e-Tec
2016	Resolução n.º 1/16, do CNE	Estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e cursos de Educação Superior na modalidade ensino a distância (EaD)
2017	Decreto n.º 9.057/17	Altera o Decreto n.º 5.622/05 e facilita a oferta de cursos a distância

Fonte: Adaptado de Cruz e Lima (2019)

Arruda e Arruda (2015) contribuem para a compreensão desse panorama ao analisar a evolução da EaD no Brasil. O crescimento exponencial é evidente, com um aumento significativo no número de instituições e alunos ao longo dos anos. A participação do setor privado se destaca, representando uma parcela considerável, alcançando 56,0% das instituições e 90,8% das matrículas em 2015. No entanto, a análise revela desafios, como a significativa quantidade de vagas não preenchidas, especialmente nas instituições privadas.

Gomes (2019) aprofunda a discussão, ressaltando como o aumento do EaD, muitas vezes impulsionado por interesses privados, reconfigura o trabalho docente. Esse cenário confere maior controle às empresas, fragmenta responsabilidades e compromete a autonomia dos professores. A disseminação da EaD, segundo a autora, remodela a atuação dos professores, promovendo a ideologia de alunos autodidatas e diminuindo o controle dos professores sobre o processo de aprendizado.

O modelo neoliberal é reproduzido no Sistema UAB, que traz uma lógica capitalista focada na redução de custos em infraestrutura e profissionais, com destaque para a figura do tutor. As definições do Ministério da Educação permitem contratações que negam direitos trabalhistas aos professores disfarçados de tutores (BRASIL, 2017; GOMES, 2019). Para além dos aspectos trabalhistas e pedagógicos, outro traço marcante deste modelo envolve o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Toda dinâmica avaliativa conduzida no âmbito do Sinaes coloca em perspectiva duas vertentes: uma de emancipação/formação e outra da regulação/controle, como esclarece Rothen (2006, p.120):

Ressalta-se, aqui, que a diferença básica entre as duas vertentes é a instância na qual ocorre a definição do que é qualidade. Na visão neoliberal, os técnicos das agências estatais é que definem o que é qualidade, bem como os indicadores a serem utilizados para aferi-la. Por sua vez, na avaliação participativa e emancipatória, a definição da qualidade e dos indicadores é negociada com os agentes do processo. No caso brasileiro, estas duas vertentes da avaliação são facilmente identificáveis em dois momentos das políticas de avaliação estatal das Instituições de Educação Superior (IES). A avaliação emancipatória é o fundamento do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que teve a sua implantação na primeira metade da década de 1990. A avaliação com enfoque regulatório foi implantada na segunda metade da década de 1990, pelo então ministro da educação Paulo Renato de Souza

Logo, o Sistema UAB não fica incólume e por conta, dentre outros fatores, do *design* institucional vinculado ao Sinaes, com sua vertente neoliberal de regulação e controle, replica mecanismos fragmentadores que envolvem docentes, tutores e logicamente, estudantes. Neste ponto, o elemento mais visível se materializa na dificuldade de organicidade dos sujeitos deste processo: tutores e docentes não se encontram, não se veem e possuem dificuldades de se organizar; podemos notar que o mesmo ocorre com estudantes e sua articulação através de movimento estudantil. Democratizaram o acesso, e limitaram a organização e articulação.

Mendonça *et al.* (2019) discutem a democratização do acesso ao ensino superior através da EaD, destacando a ausência de consenso na literatura sobre sua efetividade. Eles apontam que, embora haja um aumento na disponibilidade de vagas, persistem desafios relacionados à permanência dos estudantes, evidenciando falhas nas políticas públicas e nas práticas institucionais, olhar que pode ser ampliado para outras esferas, como a própria organização estudantil.

2.3 Sociedade da Informação: Ensino na Era Digital

A influência humana é crucial na transição para a Sociedade da Informação, moldando e determinando as transformações (WEISS, 2019). Ao analisar essa evolução, Weiss (2019) destaca que, embora haja benefícios, desafios éticos e práticos relevantes exigem atenção para garantir que o avanço tecnológico conduza a uma sociedade digital ética, progressista e benéfica para todos.

Leite (2019), por sua vez, proporciona uma visão abrangente das mudanças fundamentais na sociedade, particularmente durante a transição da sociedade industrial para a era da informação e do conhecimento. Em sua abordagem, destaca o papel central do conhecimento e das tecnologias da informação nesse processo, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica que permeia a Sociedade da Informação.

Nesse contexto de constante evolução, o ensino na Era Digital emerge como uma peça fundamental para capacitar indivíduos a prosperar nesse ambiente dinâmico. Viana e Peralta (2020) ressaltam que as interações sociais são moldadas pelas tecnologias emergentes, inclusive nos ambientes acadêmicos. Os autores enfatizam que a “era digital” reconfigura os contextos de aprendizagem, oferecendo acesso aberto à informação e conhecimento em qualquer momento e lugar.

A expansão das possibilidades de aprendizagem contemporânea, facilitada pelas tecnologias digitais, é evidenciada por uma ampla gama de meios, recursos, temas, atividades e estratégias, como já utilizadas na modalidade EaD. Tais inovações desvinculam as práticas educacionais das restrições tradicionais de tempo e espaço, proporcionando flexibilidade e opções personalizadas (VIANA; PERALTA, 2020). Isso inclui a incorporação de disciplinas como programação, robótica, realidade virtual, aumentada e inteligência artificial nos processos educacionais.

Refletindo sobre os ecossistemas de aprendizagem na era digital, Zaduski, Lima e Schlünzen Junior (2019) enfatizam a importância do diálogo e da interação entre os participantes. Eles propõem uma abordagem ampla para essas interações, sugerindo que, ao invés de restringir as conexões a grupos culturais específicos, é possível expandi-las para outros cenários e contextos. Esta visão ampliada promove o confronto com pensamentos divergentes e ideias contrárias às crenças estabelecidas.

No âmbito institucional, Lopes, Santos e Ferreira (2019) destacam a necessidade de uma transformação significativa nas instituições educacionais para permanecerem relevantes no processo formativo. Os autores sublinham o papel crucial dos professores nesse processo, enfatizando a importância de adquirirem conhecimentos relacionados às tecnologias digitais da informação e comunicação. Essa adaptação é considerada não apenas essencial para a sobrevivência da escola no cenário educacional contemporâneo, mas também como um meio de superar a exclusão digital.

2.1.1 Desafios do Movimento Estudantil na Era Digital

A transição para a sociedade da informação impulsiona transformações em múltiplos setores, como educação, economia, cultura e política. A era digital, caracterizada pela troca veloz de informações, alimenta novas formas de aprendizado e conhecimento. Nesse contexto, a *internet* emerge como divisor de águas na sociedade moderna, potencializando práticas democráticas e contrabalançando hegemonias (SIMÃO; ABREU; EVARISTO, 2014).

As transformações impulsionadas pela Sociedade da Informação exigem que os grupos sociais, como o movimento estudantil, se adaptem e reavaliem suas estratégias de atuação. Nesse cenário, o impacto na atuação do ME é inevitável. Essas entidades, situadas dentro de um espectro mais amplo de movimentos sociais, é capaz de moldar a consciência política, social e cultural dos jovens. Não apenas se engaja na luta contra injustiças imediatas, mas também contribui significativamente para a formação política e a conscientização dos estudantes, tornando-os agentes ativos no processo de mudança (BOUTIN; FLACH, 2021).

Contudo, enfrenta desafios por condições internas, como a organização e a estrutura do **próprio grupo**, quanto por fatores externos, incluindo a política educacional e as condições socioeconômicas mais amplas. Embora a fragmentação e a falta de coesão possam enfraquecer sua capacidade de agir eficazmente, ele permanece uma força vital para a mudança social e a melhoria das condições educacionais (CARNEIRO; BEHR, 2012).

Della Vecchia (2012) observa uma mudança contemporânea nessa relação entre partidos políticos e o movimento estudantil, que se tornou mais pragmática. Atualmente, os partidos muitas vezes veem os movimentos estudantis como meios para expandir suas bases eleitorais, enquanto algumas lideranças estudantis utilizam sua participação para se credenciar como lideranças partidárias, o que pode comprometer a autonomia e a capacidade de articulação de lutas mais amplas e significativas dentro dessas entidades estudantis.

Neste contexto de desafios e transformações, Groppo *et al.* (2019) destacam como as formas tradicionais de organização política estudantil são desafiadas pelos métodos organizacionais clássicos do movimento estudantil, como as estruturas verticalizadas e os vínculos com partidos políticos, levando à adoção de métodos de decisão mais horizontais e inclusivos. Essa mudança foi especialmente evidente durante os ciclos de ocupações de universidades em 2007 e 2008, e nas jornadas de protestos iniciadas em 2013 no Brasil.

Tonella e Dourado (2021), por sua vez, exploram essas manifestações usando o conceito de “jornadas de junho”, traçando um paralelo com as revoluções de 1848 na França para sublinhar a profundidade e a importância dos protestos de 2013 na política brasileira. A juventude, ao mobilizar-se maciçamente e utilizar as redes sociais como catalisador, não somente contestou as estruturas preexistentes, mas também redefiniu o debate político no país.

Próspero (2022) destaca que, com a chegada da era digital e o impacto da pandemia, houve uma transformação no ativismo estudantil, com as redes sociais assumindo um papel crucial como plataformas de mobilização e expressão. Essa mudança é especialmente evidente nas estratégias de comunicação e organização durante os protestos de 2013 e na resposta à pandemia em 2020. A autora salienta que, apesar das novas ferramentas e contextos, o engajamento e as demandas dos estudantes continuam refletindo preocupações profundas com a justiça social e a qualidade da educação.

3. Percurso Metodológico

Segundo Triviños (1987, p.112), para que uma investigação tenha valor científico se faz necessário a “delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e a interpretação dos dados”. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa etc”.

Em termos de classificação, a presente pesquisa é um estudo de caso qualitativo, com coleta de dados a partir de fontes documentais. Foram analisados registros, atas, notas de reuniões e minutas de registros produzidos pela Coordenação do Curso de Administração Pública EaD/UFF/CEDERJ, juntamente com um conjunto de estudantes, ao longo dos anos de 2012 e 2013. A escolha deste período se justifica por conta da criação do CA, objeto deste estudo.

Oportuno recuperar que o problema de pesquisa que orienta este estudo é “Quais são os desafios de organização e atuação do movimento estudantil (ME) em cursos de ensino superior na modalidade de Educação a Distância (EaD)?”

Buscando responder tal questão-problema, o desenho metodológico definido envolve um estudo qualitativo. Segundo Zanella (2009, p.75), este tipo de pesquisa pode ser definido “como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teóricos empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.”

Yin (2009) define a seguinte estrutura para desenvolvimento de um estudo casos (figura 1):

Figura 1: Estrutura do estudo de Caso



Fonte: Yin, 2009.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas, quais sejam: 1) definição e montagem; 2) preparação, coleta e análise; 3) análise conclusiva. Dentro de cada uma destas etapas foram analisados o seguinte conjunto documental:

- Documento 1: Ata de reunião da coordenação do curso com representantes discentes (2012);
- Documento 2: Comunicado entre os estudantes (2013);
- Documento 3: Notas de reunião coordenação do curso (2012);
- Documento 4: Notas de reunião coordenação do curso (2013);
- Documento 5: Minuta de regimento (2013);
- Documento 6: Apresentação e registro de reunião e pauta dos estudantes (2013);
- Documento 7: Registros de Assembleia (2013);
- Documento 8: Estatuto (2013)

Os documentos acima elencados foram utilizados em cada uma das fases do estudo de caso, de modo a montar um desenho completo e coeso sobre o CA3E. Importante destacar que os critérios utilizados para inclusão e exclusão de documentos foi a vinculação com o processo de formação e formalização do CA3E (sua dinâmica constitutiva, reuniões e assembleias, por exemplo). Para a seleção dos documentos, foi utilizado o acesso aos bancos de dados e registros da coordenação do curso sendo rastreados e coletados os documentos a partir dos seguintes termos com os operadores booleanos:

Termos chave: [Centro Acadêmico] OR [CA3E] OR [Movimento estudantil] OR [Diretório acadêmico] OR [Reunião da Coordenação] OR [Representantes discentes]

Cabe destacar que os operadores booleanos atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO e, a fim de facilitar a visualização da busca em uma determinada base de dados.

Os documentos selecionados foram um *corpus* textual que foi analisado, considerando segundo Cellard (2008) cinco dimensões da análise documental: O contexto; O autor (ou os autores); A autenticidade e a confiabilidade do texto; A natureza do texto; Os conceitos-chave e a lógica interna do texto. A análise do corpus em si trouxe à superfície um conjunto de informações e dados que serão discutidos no tópico a seguir.

4. Resultados e Discussão

Para a análise e apresentação dos resultados colocaremos a recuperação histórica da construção do ME CA3E.

Conforme análise documental, o movimento tem início em discussões da Coordenação do Curso de Administração Pública EaD da UFF (que iremos denominar através da sigla CAP) e do Colegiado do Curso, no ano de 2012. A representação estudantil tinha uma cadeira com voz e voto no colegiado do curso, mas esta nunca fora ocupada até então. O curso foi criado em 2010 (Poll e Abreu, 2010; Simão *et al.*, 2014) e logo o dilema da presencialidade e da representação foi discutido: como contar com uma representação democrática de estudantes em um Colegiado de Curso que funciona presencialmente, mas que possui estudantes espalhados por vários Polos no Estado do Rio de Janeiro?

Em termos ilustrativos, a relação a seguir, extraída do Documento 6, dá uma melhor dimensão de como o curso CAP era (e ainda é) capilarizado no Estado do Rio de Janeiro:

Polos Presenciais CEDERJ com curso CAP:

- Polo Volta Redonda (sigla VRE)
- Polo Três Rios (sigla TRI)
- Polo Paracambi (sigla PAR)
- Polo Belford Roxo (sigla BRO)
- Polo Campo Grande (sigla CGR)
- Polo Nova Iguaçu (sigla NIG)
- Polo Itaocara (sigla ITO)
- Polo Bom Jesus do Itabapoana (sigla BJE)

A sede do curso é na cidade de Volta Redonda, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (ICHS/UFF). Logo, para que um estudante do Polo Bom Jesus do Itabapoana, por exemplo, pudesse participar das reuniões presenciais, este deveria percorrer aproximadamente 330Km em uma viagem de aproximadamente 5h30 (documento 3).

Os documentos 3 e 4 apresentavam dados que caracterizavam o CAP à época (2012). Além da atuação em 8 Polos no Estado do Rio de Janeiro, o curso contava com aproximadamente 2 mil estudantes ativos, 47 professores e 79 tutores.

Após várias tentativas de articulação, a coordenação do curso consegue mobilizar um conjunto de 6 estudantes, de diferentes Polos, para iniciar reuniões para construção de um centro acadêmico (Documento 1 e 3).

Um dos debates mais intensos voltava-se para o seguinte questionamento: “como manter os fundamentos de representação democrática e conciliar isso com a necessidade de participação em reuniões presenciais do colegiado de curso?” Em que pese debates sobre a sociedade da informação e tecnologias (WEISS, 2019; LEITE, 2019), o fato é que em 2012 o uso de ferramentas de vídeo comunicação (como Zoom, MS Teams e Google Meet) não estavam tão consolidadas. Tão pouco existiam elementos gerenciais e culturais que fomentam a adesão ao uso de tais meios para viabilizar uma participação *online* dos alunos em uma reunião presencial do colegiado de curso.

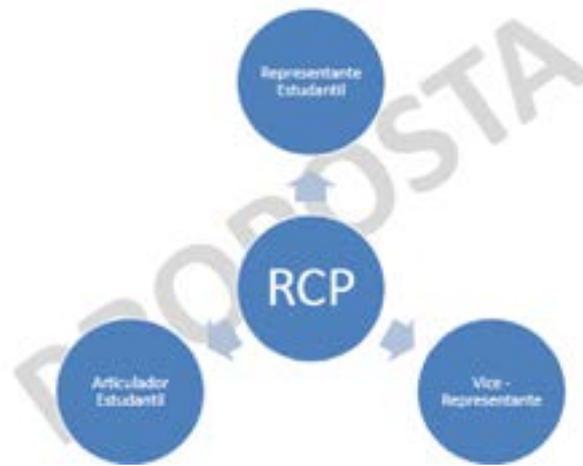
Tampouco era viável à época mudanças regimentais na UFF para viabilizar uma reunião totalmente

online do próprio colegiado, o que poderia gerar uma grande insegurança jurídica nas deliberações (Documentos 1, 3 e 4). Conforme análise dos documentos, a cada reunião os estudantes se apropriavam mais da temática, empoderando-se e discutindo alternativas para construção do CA. A coordenação do curso passou a exercer um papel de articulador e consultor de todo o processo, esclarecendo dúvidas regimentais e jurídicas. O grupo de estudantes se estruturou passando a se denominarem como Comissão Pró-CA (Documento 2).

Conforme relatado no Documento 3, após longa discussão, a coordenação e os estudantes conseguiram definir um modelo preliminar de operacionalização do CA. Os princípios destacados no desenho envolviam: (a) representação isonômica e democrática de todos os Polos, (b) respeito à diversidade e especificidade de cada realidade local dos diferentes Polos, (c) respeito à autonomia discente, em termos de estruturação e operação do CA (documentos 2 e 4).

A figura 2 abaixo extraída do Documento 6 sistematiza os debates realizados:

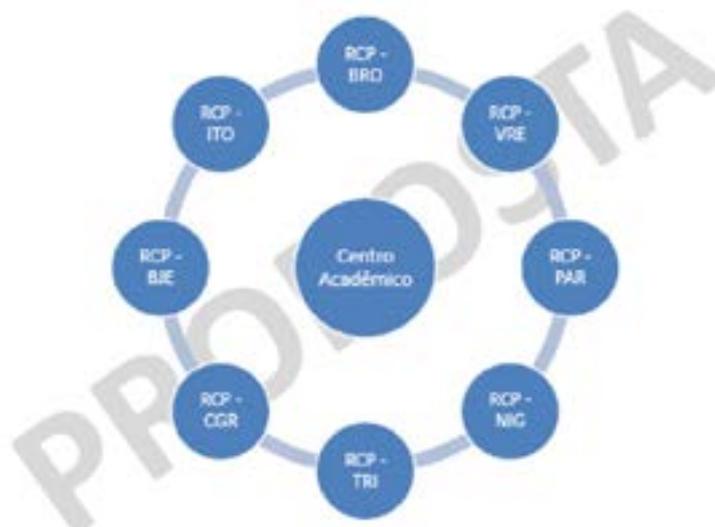
Figura 2: Estrutura da Representação de Curso Por Polo (RPC).



Fonte: Dados da Pesquisa - Documento 6.

O desenho elaborado pela Comissão Pró-CA possui a seguinte lógica de governança: Cada Polo do curso deveria se organizar para realizar eleições e selecionar uma RPC (Representação de Curso Por Polo). As chapas em cada polo teriam autonomia para se organizarem, dentro da especificidade de cada localidade, tendo no mínimo a seguinte estrutura: 3 ou 4 estudantes matriculados no curso; funções de Representante, Vice-Representante e Articulador Estudantil. A atribuição central da RPC é de intermediar o diálogo entre os alunos e o CA (Documentos 5 e 6).

Cada representante RCP iria compor uma instância em formato de "fórum" com os demais, para deste modo criarem o Centro Acadêmico (CA) propriamente dito, conforme figura 3 a seguir:

Figura 3: Estrutura da Representação do CA.

Fonte: Dados da Pesquisa - Documento 6.

Com esta estrutura, o CA operaria no formato de um fórum com representantes dos 8 Polos, e entre eles, seriam eleitas as pessoas que ocupariam as funções de Presidente, vice-presidente, diretoria de finanças e tesouraria, diretoria cultural e eventos, diretoria de integração estudantil, diretoria de comunicação, diretoria de representação acadêmica e secretaria geral (Documento 6).

Logo, o formato construído viabilizou a discussão entre os estudantes, a criação de um Regimento Interno e sua aprovação em Assembleia Geral, com a definição de um nome, a partir de uma votação *online* na plataforma (AVA) com as seguintes opções: Centro Acadêmico Guerreiro Ramos, Centro Acadêmico Peter Drucker, Centro Acadêmico Eficiente, Eficaz e Efetivo, tendo sido eleito o último, pelos estudantes, nascendo assim o CA3E em setembro de 2013 e estando ativo e atuante até a presente data.

5. Comentários Finais

Revisar o percurso da EaD no Brasil é sem dúvidas uma tarefa de grande monta. Com o centenário da EaD no Brasil, muitas são as vertentes que merecem atenção. O presente texto lançou olhar para uma lacuna pouco explorada na literatura: os movimentos estudantis no contexto da sociedade da informação em um curso EaD.

Conhecer suas nuances e mais, compartilhar seus desafios e conquistas se mostra como pertinente no atual contexto, que conta com aumento significativo do número de cursos na modalidade EaD.

Se historicamente os estudantes organizados tiveram papel fundamental e contribuições significativas para a sociedade e a democracia brasileira, nos tempos atuais, com inúmeros desafios postos pela chamada “Era Digital”, essa organização é bastante salutar.

O presente texto demonstrou que, com articulação e protagonismo dos estudantes, é possível se estruturar, com criatividade institucional, modelos de governança que podem ser inovadores. E, deste modo, viabilizar a superação de desafios complexos, como, por exemplo, permitir a participação de milhares de estudantes, via representação democrática nas instâncias de deliberação universitária.

Por óbvio, ainda temos muito a desenvolver e a construir para que a EaD no Brasil se consolide em termos de reconhecimento. Mas ações como as que foram aqui tratadas possuem potencial de contribuição bastante nítido.

Em termos de limitação, o presente estudo apresenta um desenho metodológico bastante restrito, contando apenas com a análise documental. Para superar esta limitação e ao mesmo tempo recomendar pesquisas futuras, indica-se a realização de novas pesquisas, triangulando fontes documentais com entrevistas, por exemplo, de maneira que as evidências possam ser melhor calibradas para exposição dos argumentos postos.

Biodados e contatos dos autores



ANDRADE, J. C. A. de A. é professor da Universidade Federal Fluminense, atuando nos Programas de Pós-graduação em Administração (PPGA) e Administração Pública (PROFIAP). É também credenciado como docente do Doutorado em Políticas Públicas da ENAP. Completou o seu doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seus interesses de pesquisa incluem temáticas como planejamento público, orçamento participativo, democracia digital, governo eletrônico dentre outros.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4716-3902>

E-mail: julioandrade@id.uff.br



MOREIRA JUNIOR, J. R. é Pós-graduado (Lato sensu) em Gestão Social e Políticas Públicas pela Faculdade de Minas e em Gestão em Saúde Pública pelo Centro Universitário Cidade Verde. Graduação em Administração Pública, pela Universidade Federal Fluminense. Seus interesses de pesquisa incluem temáticas como políticas públicas, gestão da saúde pública, educação pública dentre outros. Foi representante do movimento estudantil EAD da UFF e atuou em projetos de monitoria.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9995-109X>

E-mail: jr_junior@id.uff.br



CONCEIÇÃO, A. da. é Especialista em Docência do ensino Superior. Graduação em Administração Pública, pela Universidade Federal Fluminense. Foi representante do movimento estudantil EAD da UFF e atuou em projetos de monitoria.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2586-9367>

E-mail: adirconceicao@id.uff.br

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio da FAPERJ e do CNPq.

Referências Bibliográficas

- ABREU, J. C. A. de, SANABIO, M. T., & MENDONÇA, R. R. S. de. A Aprendizagem Experiencial no Curso de Administração Pública PNAP/EaD: Análise do Laboratório Aplicado de Administração Municipal (LAAM). **EaD Em Foco**, 9(1), 2019. <https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.679>
- ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação a Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do Acesso ao Ensino Superior. **Educação em Revista**, v. 31, p. 321–338, set. 2015. DOI: 10.1590/0102-4698117010 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/?lang=pt> Acesso em: 15 jan. 2024.
- AZEVEDO, Érica de M. O Papel do Tutor-Professor na EaD em Nível Superior: Aspectos Históricos e o Reconhecimento Legal. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2019. DOI: 10.18264/eadf.v9i1.753 Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/753> Acesso em: 19 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação **Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)**. 07/06/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/cursos-nacionais-do-sistema-universidade-aberta-do-brasil/programa-nacional-de-formacao-em-administracao-publica-pnap> Acesso em: 05 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985**. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.
- BUNIOTTI, D.; GOMES, P. C. Educação a Distância não é Ensino Remoto: Identificando Ações da Secretaria Estadual de Educação do Paraná em 2020. **EaD em Foco**, v. 11, n. 2, 31 ago. 2021. DOI 10.18264/eadf.v11i2.1197 Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1197> Acesso em: 15 jan. 2024.
- CANCIAN, R. Movimento estudantil: O foco da resistência ao regime militar no Brasil. 9 mar. 2014. **UOL PESQUISA ESCOLAR: História do Brasil**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/movimento-estudantil-o-foco-da-resistencia-ao-regime-militar-no-brasil.htm> Acesso em: 29 mar. 2024.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CRUZ, J. R.; LIMA, D. da C. B. P. Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, 2019. DOI: 10.5380/jpe.v13i0.64564 Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64564> Acesso em: 19 jan. 2024.
- DELLA VECHIA, R. da S. Movimentos Sociais e Movimento Estudantil. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 31-54, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/704> Acesso em: 15 jan. 2024.
- GROPPO, L. A. *et al.* Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 3, p. 1027–1048, set. 2019. DOI: 10.5212/praxeduc.v.14n3.013 Disponível em: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n3.013> Acesso em: 09 jan. 2024.
- LEITE, G. **Sociedade de informação versus sociedade do conhecimento**. 26 set. 2019. Portal Jurídico Investidura. Disponível em: <https://investidura.com.br/artigos/sociedade/sociedade-de-informacao-versus-sociedade-do-conhecimento/> Acesso em: 08 jan. 2024.

- LOPES, J.; SANTOS, M. E. C.; FERREIRA, R. de F. C. Literacia digital e novas competências docentes: desafios e perspectivas. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 34873–34887, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n4-105 Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/27682>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117–149, 1 out. 2003. DOI: 10.4000/rccs.1151. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1151>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- OLIVEIRA, B. R. de; PENA, M. T. da S.; FICHTER, G. A. A Trajetória Institucional do Programa Nacional de Formação em Administração Pública na Universidade Federal de Ouro Preto. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, p. e88040, 22 dez. 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.88040 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/DVVHNCVjxLWwMCgZRZvHLrM/?lang=pt> Acesso em: 15 jan. 2024
- POLL, A. P.; ABREU, J. C. A. de. Curso de Administração Pública: alinhamento, dispersão ou formação de um novo campo? **Temas de Administração Pública**, v. 1, n.º 6, n. especial, 2010. Disponível em: https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/cursodeadmpublica_aliamento_dispersao.pdf Acesso em: 09 jan. 2024.
- ROTHEN, J. C. Ponto e contraponto na Avaliação Institucional: análise dos documentos de implantação do SINAES. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 15, n. 27, p. 119, 2006.
- SIMÃO, A.; ABREU, J. C. A. de; EVARISTO, R. Sociedade da Informação e Educação a Distância: Conhecendo o Perfil dos Alunos do Bacharelado em Administração Pública (EAD) da Universidade Federal Fluminense. **EaD em Foco**, v. 4, n. 2, 30 out. 2014. DOI: 10.18264/eadf.v4i2.228 Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/228> Acesso em: 15 jan. 2024.
- TRIVINÕES, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Eleição DCE**. 31/10/2022. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=tags/eleicao-dce> Acesso em: 28 mar. 2024.
- VIANA, J.; PERALTA, H. Aprender na era digital: Do currículo para todos ao currículo de cada um. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 33, n. 1, p. 137–157, 2020. DOI: 10.21814/rpe.18500 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37465219009> Acesso em: 15 jan. 2024.
- VIEIRA, J. J.; SILVA, P. A. da; VIEIRA, A. L. da C. A Política de educação a distância e o aumento das vagas nas instituições de ensino superior: apontamentos. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 776–792, 2017. 10.22633/rpge.v21.n.esp1.out.2017.9745 <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9745>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- WEISS, M. C. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 203–214, 8 abr. 2019. DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3395.0013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jPn3NkF6dYx8b56V8snsnQf/> Acesso em: 15 jan. 2024.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Desenho e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- ZADUSKI, J. C. D., LIMA, A. V. I., SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Ecossistemas da aprendizagem na era digital: Considerações sobre uma formação para professores na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 60, p. 269–287, jan. 2019. DOI: 10.7213/1981-416x.19.060.ds12 Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2019000100269&script=sci_arttext Acesso em: 15 jan. 2024.
- ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração**. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES, UAB, 2009.